

# Relatório

## Primeiro Semestre

# 2018

COOPERATIVA DE CRÉDITO ORIGINAL – SICOOB ORIGINAL  
 ENDEREÇO: RUA DOM PEDRO II, 1421, SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
 CNPJ – 81.292.278/0001-81

Balanço Patrimonial – Em Reais

CÓD	DISCRIÇÃO DOS VERBETES	NOTA	1º SEMESTRE	
			2018	2017
	<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>192.782.226,81</b>	<b>160.118.417,66</b>
110	<b>Disponibilidades</b>		<b>1.844.274,02</b>	<b>2.460.155,75</b>
	<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>		<b>3.082.857,39</b>	<b>719.730,60</b>
122	Aplicação em Depósitos Interfinanceiros		3.082.857,39	719.730,60
	<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instr. Financ. Derivativos</b>	4	<b>977.304,35</b>	<b>1.428.285,25</b>
131	Carteira Própria		977.304,35	1.428.285,25
	<b>Relações Interfinanceiras</b>	5	<b>77.820.399,76</b>	<b>84.767.763,88</b>
149	Centralização Financeira - Cooperativas		77.820.399,76	84.767.763,88
	<b>Operações de Crédito</b>	6	<b>105.459.776,43</b>	<b>67.578.493,21</b>
161	Operações de Crédito		108.131.659,98	69.556.581,35
169	(Provisão para Operações Crédito de Liquidação Duvidosa)		(2.671.883,55)	(1.978.088,14)
	<b>Outros Créditos</b>	7	<b>1.769.655,52</b>	<b>2.173.259,98</b>
181	Avais e Fianças Honrados		118.395,71	105.064,90
183	Rendas a Receber		648.267,67	859.807,86
187	Diversos		1.142.531,17	1.326.183,86
189	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(139.539,03)	(117.796,64)
	<b>Outros Valores e Bens</b>	8	<b>1.827.959,34</b>	<b>990.728,99</b>
194	Outros Valores e Bens		1.591.323,56	774.328,88
	Material em Estoque		48.726,46	34.270,58
199	Despesas Antecipadas		187.909,32	182.129,53
	<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>94.028.550,68</b>	<b>63.103.943,62</b>
	Realizável à Longo Prazo			
	<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>		<b>1.941.565,23</b>	<b>1.795.613,58</b>
122	Aplicação em Depósitos Interfinanceiros		1.941.565,23	1.795.613,58
	<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instr. Financ. Derivativos</b>	4	<b>67.003,99</b>	<b>761.116,86</b>
131	Carteira Própria		67.003,99	761.116,86
	<b>Operações de Crédito</b>	6	<b>71.981.431,02</b>	<b>41.872.929,23</b>
161	Operações de Crédito		74.361.243,33	43.711.363,82
169	(Provisão para Operações Crédito de Liquidação Duvidosa)		(2.379.812,31)	(1.838.434,59)
	<b>Investimentos</b>	9	<b>5.462.272,99</b>	<b>4.713.463,87</b>
316	Participações em Cooperativa Central de Crédito		5.129.854,30	4.432.306,23
317	Participações Inst. Financeira Controlada por Coop. de Crédito		332.418,69	281.157,64
	<b>Imobilizado de Uso</b>	10	<b>14.567.534,06</b>	<b>13.949.636,73</b>
	Imobilizações em Curso		23.282,78	3.034.605,24
323	Imóveis de Uso		7.480.520,19	5.467.576,17
324	Outras Imobilizações de Uso		10.481.160,50	7.817.517,56
329	(Depreciações Acumuladas)		(3.417.429,41)	(2.370.062,24)
	<b>Intangível</b>		<b>8.743,39</b>	<b>11.183,35</b>
351	Ativos Intangíveis		12.200,00	12.200,00
359	(Amortização Acumulada)		(3.456,61)	(1.016,65)
	<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>286.810.777,49</b>	<b>223.222.361,28</b>

As Notas Explicativas são partes Integrantes das Demonstrações Contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO ORIGINAL – SICOOB ORIGINAL  
 ENDEREÇO: RUA DOM PEDRO II, 1421, SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
 CNPJ – 81.292.278/0001-81

Balanço Patrimonial – Em Reais

CÓD.	DISCRIÇÃO DOS VERBETES	NOTA	1º SEMESTRE	
			2018	2017
	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>234.595.755,79</b>	<b>182.553.316,21</b>
	<b>Depósitos</b>	11	<b>175.214.668,67</b>	<b>147.701.900,56</b>
411	Depósitos à Vista		32.687.358,33	19.073.061,33
414	Depósitos a Prazo		142.527.310,34	128.628.839,23
	<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	12	<b>12.635.121,02</b>	<b>3.991.928,99</b>
432	Recur. de Letras Imobil., Hipotecárias, de Crédito e Similares		12.635.121,02	3.991.928,99
	<b>Relações Interfinanceiras</b>	13	<b>39.907.519,62</b>	<b>25.441.030,69</b>
443	Obrigações por Repasses Interfinanceiros		39.907.519,62	25.441.030,69
	<b>Relações Interdependências</b>	15	<b>100.000,00</b>	<b>176,19</b>
451	Recebimento em Trânsito de Terceiros		100.000,00	176,19
	<b>Obrigações por Empréstimo</b>	14	<b>1.157.905,16</b>	<b>602.810,47</b>
462	Empréstimos no País - Outras Instituições		1.157.905,16	602.810,47
	<b>Outras Obrigações</b>	16	<b>5.580.541,32</b>	<b>4.815.469,31</b>
491	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		111.312,43	203.135,53
493	Sociais e Estatutárias	16.1	1.036.904,67	969.137,32
494	Fiscais e Previdenciárias	16.2	412.924,07	332.946,47
495	Negociação e Intermediação de Valores		80.683,17	30.187,97
503	Diversas	16.3	3.938.716,98	3.280.062,02
	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>10.582.202,45</b>	<b>5.824.754,21</b>
	Exigível à Longo Prazo			
	<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	12	<b>909.319,72</b>	<b>-</b>
432	Recur. de Letras Imobil., Hipotecárias, de Crédito e Similares		909.319,72	-
	<b>Relações Interfinanceiras</b>	13	<b>9.404.209,59</b>	<b>5.330.411,19</b>
443	Obrigações por Repasses Interfinanceiros		9.404.209,59	5.330.411,19
	<b>Obrigações por Repasses do País</b>	14	<b>268.673,14</b>	<b>494.343,02</b>
472	Outras Instituições		268.673,14	494.343,02
	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	18	<b>41.632.819,25</b>	<b>34.844.290,86</b>
	<b>Capital</b>	18	<b>20.448.126,10</b>	<b>17.826.881,09</b>
605	De Domiciliados no País		20.799.355,28	18.488.579,16
608	(Capital a Realizar)		(351.229,18)	(661.698,07)
	<b>Reservas de Sobras</b>	18	<b>17.638.105,45</b>	<b>15.585.310,40</b>
615	Reservas de Sobras		17.638.105,45	15.585.310,40
	<b>Sobras ou Perdas Acumuladas</b>	18	<b>3.546.587,70</b>	<b>1.432.099,37</b>
617	Sobras ou Perdas A Disposição da Assembleia		3.546.587,70	1.432.099,37
	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>286.810.777,49</b>	<b>223.222.361,28</b>

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

**Demonstração do Resultado dos Semestres – Em Reais**

CÓD.	DISCRIMINAÇÃO DOS VERBETES	1º SEMESTRE	
		2018	2017
<b>10</b>	<b>Ingressos da Intermediação Financeira</b>	<b>17.493.746,15</b>	<b>15.791.463,64</b>
711	Operações de Crédito	14.647.002,43	10.613.138,50
715	Resultado de Operações com TVM	163.032,92	2.595.691,51
720	Ingressos de Depósitos Intercooperativos	2.683.710,80	2.582.633,63
<b>15</b>	<b>Dispêndios da Intermediação Financeira</b>	<b>(7.754.382,36)</b>	<b>(8.960.044,58)</b>
812	Operações de Captação no Mercado	(4.548.108,92)	(6.998.045,25)
814	Operações de Empréstimos e Repasses	(1.637.009,07)	(906.641,40)
820	Provisão para Créditos de Líq. Duvidosa	(1.569.264,37)	(1.055.357,93)
<b>20</b>	<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira (10-15)</b>	<b>9.739.363,79</b>	<b>6.831.419,06</b>
<b>50</b>	<b>Outros Ingressos/Dispêndios Operacionais</b>	<b>(6.054.032,93)</b>	<b>(5.326.845,94)</b>
721	Ingressos de Prestação de Serviços	1.902.498,84	1.410.747,56
722	Ingressos de Tarifas Bancárias	251.376,21	195.339,19
822	Dispêndios de Pessoal	(4.513.645,77)	(3.768.192,05)
824	Outros Dispêndios Administrativos	(4.115.560,20)	(3.318.857,18)
826	Dispêndios Tributários	(62.224,76)	(51.908,28)
725	Outros Ingressos Operacionais	651.133,53	346.862,31
832	Outros Dispêndios Operacionais	(167.610,78)	(140.837,49)
<b>60</b>	<b>Resultado operacional (20+50)</b>	<b>3.685.330,86</b>	<b>1.504.573,12</b>
<b>65</b>	<b>Resultado Outros</b>	<b>13.943,06</b>	<b>40.778,38</b>
<b>75</b>	<b>Resultado Antes da Tributação Sobre a Sobra e Participações (60+65)</b>	<b>3.699.273,92</b>	<b>1.545.351,50</b>
	Resultado com Ato Cooperativo	3.301.481,11	1.242.814,11
	Resultado com Ato Não Cooperativo	397.792,81	302.537,39
<b>80</b>	<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(152.686,22)</b>	<b>(113.252,13)</b>
890	Provisão para Imposto de Renda	(85.061,44)	(61.820,77)
892	Provisão para Contribuição Social	(67.624,78)	(51.431,36)
<b>90</b>	<b>Sobras Líquidas (75-80)</b>	<b>3.546.587,70</b>	<b>1.432.099,37</b>

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Em Reais**

Eventos	Capital Social	Reservas		Sobras a Disposição da AGO	Totais
		Fundo Reserva Legal	Fundo de Estabilidade - FEF		
<b>SALDO EM 30/06/2016</b>	<b>15.851.600,80</b>	<b>7.825.932,52</b>	<b>5.543.167,72</b>	<b>734.159,50</b>	<b>29.954.860,54</b>
<b>MUTAÇÕES EM 30/06/2017</b>	<b>1.975.280,29</b>	<b>1.363.821,64</b>	<b>852.388,52</b>	<b>697.939,87</b>	<b>4.889.430,32</b>
Integralização de Capital	1.062.145,68				<b>1.062.145,68</b>
Devolução de Capital	(303.151,57)				<b>(303.151,57)</b>
Incorporação das Sobras	1.216.286,18			(1.216.286,18)	-
Distribuição das Sobras				(313.783,97)	<b>(313.783,97)</b>
Resultado do 2º Sem/2016 - Atos Cooperativos				2.820.201,72	<b>2.820.201,72</b>
Resultado do 2º Sem/2016 - Atos Não Cooperativos				165.864,38	<b>165.864,38</b>
Destinações Estatutárias		1.363.821,64	852.388,52	(2.216.210,16)	-
Absorção dos Dispêndios com FATES				507.203,92	<b>507.203,92</b>
FATES Ato Cooperativo				(170.477,70)	<b>(170.477,70)</b>
FATES Ato Não Cooperativo				(310.671,51)	<b>(310.671,51)</b>
Resultado do 1º Sem/2017 - Atos Cooperativos				1.242.814,11	<b>1.242.814,11</b>
Resultado do 1º Sem/2017 - Com Atos Não Cooperativos				189.285,26	<b>189.285,26</b>
<b>SALDO EM 30/06/2017</b>	<b>17.826.881,09</b>	<b>9.189.754,16</b>	<b>6.395.556,24</b>	<b>1.432.099,37</b>	<b>34.844.290,86</b>
<b>MUTAÇÕES EM 30/06/2018</b>	<b>2.621.245,01</b>	<b>1.263.258,49</b>	<b>789.536,56</b>	<b>2.114.488,33</b>	<b>6.788.528,39</b>
Integralização de Capital	2.056.147,30				<b>2.056.147,30</b>
Devolução de Capital	(679.593,39)				<b>(679.593,39)</b>
Incorporação das Sobras	272.624,13			(272.624,13)	-
Distribuição das Sobras				(265.040,82)	<b>(265.040,82)</b>
Resultado do 2º Sem/2017 - Atos Cooperativos				1.915.332,12	<b>1.915.332,12</b>
Resultado do 2º Sem/2017 - Atos Não Cooperativos				258.085,43	<b>258.085,43</b>
Destinações Estatutárias		1.263.258,49	789.536,56	(2.052.795,05)	-
Juros sobre o Capital Próprio	972.939,60			(972.939,60)	-
IRRF Juros Sobre o Capital Próprio	(872,63)				<b>(872,63)</b>
Absorção dos Dispêndios com FATES				563.160,68	<b>563.160,68</b>
FATES Ato Cooperativo				(157.907,31)	<b>(157.907,31)</b>
FATES Ato Não Cooperativo				(447.370,69)	<b>(447.370,69)</b>
Resultado do 1º Sem/2018 - Atos Cooperativos				3.301.481,11	<b>3.301.481,11</b>
Resultado do 1º Sem/2018 - Atos Não Cooperativos				245.106,59	<b>245.106,59</b>
<b>SALDO EM 30/06/2018</b>	<b>20.448.126,10</b>	<b>10.453.012,65</b>	<b>7.185.092,80</b>	<b>3.546.587,70</b>	<b>41.632.819,25</b>

As Notas Explicativas são partes Integrantes das Demonstrações Contábeis.

**Demonstração de Fluxo de Caixa – Em Reais**

DESCRÍÇÃO	30/06/2018	30/06/2017
<b>Atividades Operacionais</b>		
<b>Sobras/Perdas Antes da Tributação e das Destinações</b>	<b>6.034.544,24</b>	<b>4.628.120,59</b>
IRPJ / CSLL	(314.538,99)	(210.228,12)
Provisão para Operações de Crédito	(1.235.173,13)	(35.889,38)
Depreciações e Amortizações	1.049.807,13	793.497,87
	<b>5.534.639,25</b>	<b>5.175.500,96</b>
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(2.509.078,44)	(2.515.344,18)
Títulos e Valores Mobiliários	3.342.815,90	5.605.572,27
Operações de Crédito	(69.224.958,14)	(27.803.186,41)
Outros Créditos	403.604,46	(1.254.362,89)
Outros Valores e Bens	(837.230,35)	(601.794,86)
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>		
Depósitos a Vista	13.614.297,00	4.338.740,74
Depósitos sob Aviso	9.074,75	92.229,22
Depósitos a Prazo	13.889.396,36	10.523.645,92
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	9.552.511,75	3.991.928,99
Outras Obrigações	765.072,01	671.411,80
Relações Interdependências	99.823,81	(9.023,81)
Relações Interfinanceiras	18.540.287,33	13.272.802,27
Obrigações por Empréstimos e Repasses	329.424,81	(1.982.281,30)
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais</b>	<b>(6.490.319,50)</b>	<b>9.505.838,72</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>		
Alienação de Investimento	(748.809,12)	(128.687,18)
Alienação de Imobilizações de Uso	(1.665.264,50)	(3.520.894,64)
Alienação de Intangível	-	(2.900,00)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos</b>	<b>(2.414.073,62)</b>	<b>(3.652.481,82)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>		
Aumento por novos aportes de Capital	3.301.711,03	2.278.431,86
Devolução de Capital à Cooperados	(679.593,39)	(303.151,57)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	(265.040,82)	(313.783,97)
Absorção ao FATES	563.160,68	507.203,92
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(447.370,69)	(310.671,51)
FATES Sobras Exercício	(157.907,31)	(170.477,70)
Subscrição do Juros ao Capital	(972.939,60)	-
IRRF sobre Juros ao Capital	(872,63)	-
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos</b>	<b>1.341.147,27</b>	<b>1.687.551,03</b>
<b>Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades</b>	<b>(7.563.245,85)</b>	<b>7.540.907,93</b>
<b>Modificações em Caixa e Equivalentes de Caixa Líquida</b>		
No Ínicio do Período	87.227.919,63	79.687.011,70
No Fim do Período	79.664.673,78	87.227.919,63
<b>Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(7.563.245,85)</b>	<b>7.540.907,93</b>

As Notas Explicativas são partes Integrantes das Demonstrações Contábeis.

---

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
30 DE JUNHO DE 2018 E 2017**

**1. Contexto Operacional**

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO ORIGINAL - SICOOB ORIGINAL - SICOOB ORIGINAL**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **04/08/1988**, filiada à **COOPERATIVA DE CRÉDITO CENTRAL DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – SICOOB CENTRAL SC/RS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB ORIGINAL** possui **13** Agências nas seguintes localidades: **SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, ABELARDO LUZ - SC, CORONEL MARTINS - SC, GALVÃO - SC, RENASCENÇA - PR, SÃO DOMINGOS - SC, NOVO HORIZONTE - SC, OURO VERDE - SC, BOM SUCESSO DO SUL - PR, MARIÓPOLIS - PR, JUPIÁ - SC, CAMPO ERÉ - SC.**

O **SICOOB ORIGINAL** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

**2. Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 27/08/2018.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.

### **3. Resumo das principais práticas contábeis**

#### **a) Apuração do resultado**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionaisizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

#### **b) Estimativas contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

#### **c) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

#### **d) Operações de crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

#### **e) Provisão para operações de crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

#### **f) Depósitos em garantia**

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

#### **g) Investimentos**

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do **Bancoob**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

**h) Imobilizado**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

**i) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

**j) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

**k) Obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

**l) Demais ativos e passivos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

**m) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**n) Passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

**o) Obrigações legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

**p) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

**q) Segregação em circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

**r) Valor recuperável de ativos – *impairment***

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **30 de Junho de 2018** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

**s) Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **30 de junho de 2018**.

**4. Títulos e valores mobiliários**

Em **30 de Junho de 2018 e 2017**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Título De Renda Fixa	1.044.308,34	2.189.402,11
<b>TOTAL</b>	<b>1.044.308,34</b>	<b>2.189.402,11</b>

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **SICOOB CENTRAL SC/RS**, com remuneração de, aproximadamente, 101% do CDI.

**5. Relações interfinanceiras**

Em **30 de Junho de 2018 e 2017**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Centralização Financeira - Cooperativas	77.820.399,76	84.767.763,88
<b>TOTAL</b>	<b>77.820.399,76</b>	<b>84.767.763,88</b>

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

## 6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2018			30/06/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	458.535,14	0,00	<b>458.535,14</b>	389.007,05
Empréstimos	30.115.617,57	37.843.305,87	<b>68.000.590,36</b>	38.289.070,53
Títulos Descontados	14.293.081,31	0,00	<b>14.293.081,31</b>	9.549.662,41
Financiamentos	13.841.350,86	25.343.352,56	<b>39.143.036,50</b>	28.796.771,31
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	49.423.075,10	11.174.584,90	<b>60.597.660,00</b>	36.243.433,87
(-) Provisões para Operações de Crédito	-2.671.883,55	-2.379.812,31	<b>-5.051.695,86</b>	-3.816.522,73
<b>TOTAL</b>	<b>105.459.776,43</b>	<b>71.981.431,02</b>	<b>177.441.207,45</b>	<b>109.451.422,44</b>

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 30/06/2018	Provisões 30/06/2018	Total em 30/06/2017	Provisões 30/06/2017
AA - Normal	4.059.845,51	9.613,41	1.264.978,72	9.291.390,57	14.625.828,21	8.060.554,94		
A 0,5% Normal	35.924.936,80	583.536,80	24.893.381,57	29.512.760,29	90.914.615,46	-454.573,08	68.924.178,59	-344.620,89
B 1% Normal	27.982.676,67	2.891.816,63	9.153.650,72	19.407.347,28	59.435.491,30	-594.354,91	23.509.755,28	-235.097,55
B 1% Vencidas	990.562,96	10.277,66	615.127,98	137.920,75	1.753.889,35	-17.538,89	1.844.465,44	-18.444,65
C 3% Normal	3.640.084,47	596.416,41	1.933.377,49	1.304.288,20	7.474.166,57	-224.225,00	3.452.854,96	-103.585,65
C 3% Vencidas	901.845,11	20.883,41	481.855,88	50.040,14	1.454.624,54	-43.638,74	2.215.647,64	-66.469,43
D 10% Normal	1.013.738,46	282.898,74	145.076,23	91.287,90	1.533.001,33	-153.300,13	1.198.606,69	-119.860,67
D 10% Vencidas	268.159,33	9.925,74	102.947,92	10.224,40	391.257,39	-39.125,74	444.988,45	-44.498,85
E 30% Normal	20.071,86	65.196,93	11.658,81	24.478,81	121.406,41	-36.421,92	207.905,21	-62.371,56
E 30% Vencidas	288.223,56	8.499,73	216.993,88	0,00	513.717,17	-154.115,15	277.284,05	-83.185,22
F 50% Normal	267.534,15	109.371,93	18.621,69	31.470,61	426.998,38	-213.499,19	87.053,95	-43.526,98
F 50% Vencidas	710.181,45	17.674,89	111.094,76	202.717,03	1.041.668,13	-520.834,07	253.750,71	-126.875,36
G 70% Normal	94.309,60	27.289,95	9.572,00	72.697,00	203.868,55	-142.707,99	227.517,48	-159.263,32
G 70% Vencidas	273.334,85	16.520,78	38.689,46	154.819,77	483.364,86	-338.355,40	515.530,56	-360.871,39
H 100% Normal	324.054,10	94.309,11	21.737,96	69.384,70	509.485,87	-509.485,87	244.376,73	-244.376,73
H 100% Vencidas	1.191.930,73	56.485,08	124.271,43	236.832,55	1.609.519,79	-1.609.519,79	1.803.474,49	-1.803.474,49
<b>Total Normal</b>	<b>73.327.251,62</b>	<b>4.660.449,91</b>	<b>37.452.055,19</b>	<b>59.805.105,36</b>	<b>175.244.862,08</b>	<b>-2.328.568,09</b>	<b>105.912.803,83</b>	<b>-1.312.703,35</b>
<b>Total Vencidos</b>	<b>4.624.237,99</b>	<b>140.267,29</b>	<b>1.690.981,31</b>	<b>792.554,64</b>	<b>7.248.041,23</b>	<b>-2.723.127,78</b>	<b>7.355.141,34</b>	<b>-2.503.819,39</b>
<b>Total Geral</b>	<b>77.951.489,61</b>	<b>4.800.717,20</b>	<b>39.143.036,50</b>	<b>60.597.660,00</b>	<b>182.492.903,31</b>	<b>-5.051.695,86</b>	<b>113.267.945,17</b>	<b>-3.816.522,73</b>
<b>Provisões</b>	<b>-3.088.487,12</b>	<b>-346.834,18</b>	<b>-632.660,55</b>	<b>-983.714,01</b>	<b>-5.051.695,86</b>		<b>-3.816.522,73</b>	
<b>Total Líquido</b>	<b>74.863.002,49</b>	<b>4.453.883,02</b>	<b>38.510.375,95</b>	<b>59.613.945,99</b>	<b>177.441.207,45</b>		<b>109.451.422,44</b>	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adto Depositante/Cheque Especial/ Conta Garantida	4.800.717,20			<b>4.800.717,20</b>
Empréstimos	7.945.344,37	17.869.758,06	37.843.305,87	<b>63.658.408,30</b>
Títulos Descontados	12.731.443,04	1.561.638,27		<b>14.293.081,31</b>
Financiamentos	3.795.975,04	10.003.708,90	25.343.352,56	<b>39.143.036,50</b>
Financiamentos Rurais	5.845.914,76	43.577.160,34	11.174.584,90	<b>60.597.660,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>35.119.394,41</b>	<b>73.012.265,57</b>	<b>74.361.243,33</b>	<b>182.492.903,31</b>

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	30/06/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	386.041,53	5.798.013,70	1.221.467,59	3.964.073,23	11.369.596,05	<b>6,23%</b>
Setor Privado - Indústria	254.303,35	9.006.032,39	6.483.384,67	0,00	15.743.720,41	<b>8,63%</b>
Setor Privado - Serviços	1.666.808,88	36.649.717,11	4.250.092,12	0,00	42.566.618,11	<b>23,33%</b>
Pessoa Física	2.121.349,79	45.775.300,20	1.579.115,53	56.633.586,77	106.109.352,29	<b>58,14%</b>
Outros	372.213,65	5.572.381,40	759.021,40	0,00	6.703.616,45	<b>3,67%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.800.717,20</b>	<b>102.801.444,80</b>	<b>14.293.081,31</b>	<b>60.285.813,52</b>	<b>182.492.903,31</b>	<b>100,00%</b>

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2018	% Carteira Total	30/06/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	4.371.565,26	2,00%	3.551.734,13	3,00%
10 Maiores Devedores	31.200.134,28	17,00%	16.843.666,64	15,00%
50 Maiores Devedores	74.047.381,96	41,00%	36.145.294,52	32,00%

## 7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	30/06/2018	30/06/2017
Avals e Fianças Honrados	118.395,71	105.064,90
Rendas a Receber	648.267,67	859.807,86
Diversos	1.142.531,17	1.326.183,86
(-) Provisões para Outros Créditos	-139.539,03	-117.796,64
<b>TOTAL</b>	<b>1.769.655,52</b>	<b>2.173.259,98</b>

## 8. Outros valores e bens

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Bens Não de Uso Próprio	1.591.323,56	774.328,88
Material em Estoque	48.726,46	34.270,58
Dispêndios (despesas) Antecipados	187.909,32	182.129,53
<b>TOTAL</b>	<b>1.827.959,34</b>	<b>990.728,99</b>

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, deduzidos de eventuais provisões para desvalorização dos bens, com base em laudo de avaliação elaborado por empresas especializadas, quando aplicável.

## 9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do **BANCOOB**.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Participações em cooperativa central de crédito	5.129.854,30	4.432.306,23
Participações inst. financ. controlada coop. crédito	332.418,69	281.157,64
<b>TOTAL</b>	<b>5.462.272,99</b>	<b>4.713.463,87</b>

## 10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	23.282,78	3.034.605,24	
Terrenos	1.267.112,72	1.267.112,72	
Edificações	6.213.407,47	4.200.463,45	4%
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	-653.500,47	-424.671,55	
Instalações	3.829.593,25	2.466.638,72	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	-367.594,43	-230.589,33	
Móveis e equipamentos de Uso	3.429.323,13	2.453.695,29	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	-1.035.353,90	-696.655,68	
Sistema de Comunicação	1.280.274,86	1.135.258,76	20%
Sistema de Processamento de Dados	909.620,71	1.036.898,37	10%
Sistema de Segurança	628.627,15	590.940,82	10%
Sistema de Transporte	403.721,40	134.085,60	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	-1.360.980,61	-1.018.145,68	
<b>TOTAL</b>	<b>14.567.534,06</b>	<b>13.949.636,73</b>	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

## 11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Depósito à Vista	32.610.814,87	19.073.061,33
Depósito Sob Aviso	1.338.741,66	1.329.666,91
Depósito a Prazo	141.265.112,14	127.299.172,32
<b>TOTAL</b>	<b>175.214.668,67</b>	<b>147.701.900,56</b>

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	30/06/2018	% Carteira Total	30/06/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	2.519.425,68	1,00%	5.348.037,71	4,00%
10 Maiores Depositantes	15.388.420,58	9,00%	16.586.480,60	11,00%
50 Maiores Depositantes	32.481.020,75	19,00%	32.044.408,05	22,00%

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	-52.385,21	-70.290,46
Despesas de Depósitos a Prazo	-4.096.376,67	-6.740.707,32
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	-267.308,54	-78.946,38
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	-132.038,50	-108.101,09
<b>TOTAL</b>	<b>-4.548.108,92</b>	<b>-6.998.045,25</b>

## 12. Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio

Trata-se de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), que são títulos emitidos pela Cooperativa, com a finalidade de captação de recursos para participantes da cadeia do agronegócio. Criados pela Lei nº 11.076, esses papéis tem como atrativos o fato de que os investidores pessoas físicas têm seus rendimentos isentos de imposto de renda e a partir de 23 de Maio de 2013 as LCAs são cobertas pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop).

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio	13.544.440,74	3.991.928,99
<b>TOTAL</b>	<b>13.544.440,74</b>	<b>3.991.928,99</b>

As Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) estão lastreadas por operações de Cédula de Crédito Bancário (CCB) e essas operações são emitidas com taxas pré-fixadas e pós-fixadas.

## 13. Repasses Interfinanceiros

Instituições	30/06/2018	30/06/2017
Cooperativa Central	15.829.668,25	12.439.299,26
(-) Despesa a apropriar	-772.093,54	-801.965,05
Recursos do Bancoob	36.153.992,04	19.922.677,02
(-) Despesa a apropriar Bancoob	-1.899.837,54	-788.569,35
<b>TOTAL</b>	<b>49.311.729,21</b>	<b>30.771.441,88</b>

## 14. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

**COOPERATIVA DE CRÉDITO ORIGINAL – SICOOB ORIGINAL**  
**ENDEREÇO: RUA DOM PEDRO II, 1421, SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC**  
**CNPJ – 81.292.278/0001-81**

<b>Instituições</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b>
Cooperativa Central	1.161.209,82	846.595,53
(-) Despesa a apropriar	-3.304,66	-1.735,08
Banco do Brasil S/A	268.673,14	252.293,04
<b>TOTAL</b>	<b>1.426.578,30</b>	<b>1.097.153,49</b>

## **15. Relações Interdependências**

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

<b>Descrição</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b>
Ordens de Pagamento (a)	100.000,00	0,00
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	0,00	176,19
<b>TOTAL</b>	<b>100.000,00</b>	<b>176,19</b>

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

## **16. Outras Obrigações**

<b>Descrição</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b>
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	111.312,43	203.135,53
Sociais e Estatutárias	1.036.904,67	969.137,32
Fiscais e Previdenciárias	412.924,07	332.946,47
Negociação e Intermediação de Valores	80.683,17	30.187,97
Diversas	3.938.716,98	3.280.062,02
<b>TOTAL</b>	<b>5.580.541,32</b>	<b>4.815.469,31</b>

### **16.1 Sociais e Estatutárias**

<b>Descrição</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b>
Resultado de Atos com Associados (a)	280.138,87	374.720,73
Resultado de Atos com Não Associados (a)	447.370,69	310.671,51
Cotas de Capital a Pagar (b)	309.395,11	283.745,08
<b>TOTAL</b>	<b>1.036.904,67</b>	<b>969.137,32</b>

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

### **16.2 Fiscais e Previdenciárias**

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

<b>Descrição</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b>
Provisão para impostos e contribuições/lucros	152.686,22	113.252,13
Impostos e contribuições a recolher	260.237,85	219.694,34
<b>TOTAL</b>	<b>412.924,07</b>	<b>332.946,47</b>

### 16.3 Diversas

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	41.693,85	236.317,26
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	64.070,28	65.280,40
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	1.336.443,59	1.135.739,96
Provisão para Passivos Contingentes (b)	551.906,48	525.850,02
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (c)	553.584,63	165.348,76
Credores Diversos – País (d)	1.391.018,15	1.151.525,62
<b>TOTAL</b>	<b>3.938.716,98</b>	<b>3.280.062,02</b>

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas de pessoal, outras despesas administrativas e outros pagamentos.

(b) É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e cíveis em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2018		30/06/2017	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98	551.906,48	551.906,48	525.850,02	525.850,02
<b>TOTAL</b>	<b>551.906,48</b>	<b>551.906,48</b>	<b>525.850,02</b>	<b>525.850,02</b>

PIS e COFINS - Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a Cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes aos exercícios de 2000 a 2004 para o COFINS e de 2002 a 2004 para o PIS, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

As ações judiciais e administrativas fiscais são classificadas pelos advogados externos como: prováveis e possíveis, e o parecer jurídico levam em conta a natureza da causa, sua especificidade e a jurisprudência dos tribunais superiores.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais obedecem a Resolução CMN nº 3.823/2009, conforme resumimos a seguir:

"A provisão é reconhecida somente quando: (a) A entidade tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de evento passado, (b) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida."

Com base nessas premissas, quando existe na data do balanço uma obrigação de "Provável Perda", o Sicoob reconhece a provisão e quando não for de "Provável Perda", a instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

(c) Da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **30 de Junho de 2018**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 53.221.981,37 (R\$ 39.477.542,35 em **30/06/2017**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(d) Referem-se às responsabilidades da instituição perante pessoas físicas e jurídicas domiciliadas no país.

### 17. Instrumentos financeiros

O **SICOOB ORIGINAL** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

## 18. Patrimônio líquido

### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Capital Social	20.448.126,10	17.826.881,09
Associados	24.939	20.358

### b) Reserva Legal

Constituído de acordo com o previsto no Estatuto Social artigo 33, o Fundo de Reserva Legal destina-se a reparar perdas eventuais e a atender ao desenvolvimento das atividades da Instituição Financeira Cooperativa, sem que haja transmissão de responsabilidades através do rateio das perdas. Foi contabilizado no grupo Reserva de Sobras, o valor de R\$ 10.453.012,65 (dez milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, doze reais e sessenta e cinco centavos).

### c) Fundo de Estabilidade Financeira – F.E.F.

Constituído de acordo com o previsto no Estatuto Social artigo 33, o Fundo de Estabilidade Financeira visa dar lastro a eventuais deficiências financeiras da Instituição Financeira Cooperativa, sem que haja transmissão de responsabilidades através do rateio das perdas, ao mesmo tempo em que os valores possibilitarão com que haja crescimento dos níveis de alavancagem econômica, reduzindo o grau de endividamento e equilíbrio para ponderação dos ativos de riscos. Foi contabilizado no grupo Reserva de Sobras, o valor de R\$ 7.185.092,80 (sete milhões, cento e oitenta e cinco mil, noventa e dois reais e oitenta centavos).

### d) Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social - F.A.T.E.S.

Constituído de acordo com o previsto no estatuto social artigo 33, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES destina-se à prestação de assistência aos dirigentes, associados e seus familiares, e aos empregados da Instituição Financeira Cooperativa. Foram contabilizadas no grupo Outras obrigações Sociais e Estatutárias, no Passivo, o valor de R\$ 727.509,56 (setecentos e vinte e sete mil, quinhentos e nove reais e cinquenta e seis centavos), sendo que R\$ 280.138,87 (duzentos e oitenta mil, cento e trinta e oito reais e oitenta e sete centavos) proveniente do resultado de atos cooperativo e R\$ 447.370,69 (quatrocentos e quarenta e sete mil, trezentos e setenta reais e sessenta e nove centavos) proveniente do resultado de atos não cooperativo.

### e) Do Resultado do Semestre

As sobras do 1º semestre 2018 no valor de R\$ 3.546.587,70 (três milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, quinhentos e oitenta e sete reais e setenta centavos), permanecerão na conta Sobras ou Perdas do 1º Semestre de forma acumulada até 31-12-2018, quando deverá sofrer as devidas reduções e destinações estatutárias.

## 19. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Recuperação de Encargos e Despesas	137.295,01	81.916,65
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	0,00	35.411,53
Rendas de Créditos Específicos	0,00	4.618,74
Reversão de Outras Provisões Operacionais	76.197,49	80.344,49
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	36.747,09	0,00
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	48.098,23	0,00
Dividendos	39.722,09	0,00
Distribuição de Sobras da Central	114.973,46	0,00
Outras Rendas Operacionais	274.297,65	398.865,06
<b>TOTAL</b>	<b>727.331,02</b>	<b>601.156,47</b>

## 19.1 Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	161.822,97	125.969,31
Rendas de Empréstimos	7.026.183,53	4.835.572,74
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	2.034.940,45	1.436.065,27
Rendas de Financiamentos	3.233.326,02	3.097.253,87
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	0,00	275.927,40
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	509.988,43	0,00
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	1.285.761,85	0,00
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	153.779,21	0,00
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados de LCA	370.473,55	0,00
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	0,00	900.166,17
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	118.235,47	56.340,13
Rendas c/ Tít. Valores Mobil. e Instrumentos Financ.	44.797,45	2.539.351,38
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	660.872,33	302.215,59
<b>TOTAL</b>	<b>15.600.181,26</b>	<b>13.568.861,86</b>

## 20. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	-125.045,39	-64.267,23
Despesas de Descontos Concedidos	-14.694,18	-6.787,11
Cancelamento de Tarifas Pendentes	-2.156,80	-1.040,50
Despesas com Correspondentes Cooperativos	0,00	-16,61
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	-3.085,31	0,00
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	-1.506,63	0,00
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	-110.632,79	-95.384,73
Outras Despesas Operacionais	-52.421,95	-44.616,83
Garantias Financeiras Prestadas	-89.426,20	-35.553,35
Outras Provisões Operacionais	-8.609,75	-11.920,48
<b>TOTAL</b>	<b>-407.579,00</b>	<b>-259.586,84</b>

## 20.1 Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Despesas De Captação	-4.548.108,92	-6.998.045,25
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	-1.637.009,07	-906.641,40
Provisões para operações de crédito	-2.158.097,90	-1.290.896,13
<b>TOTAL</b>	<b>-8.343.215,89</b>	<b>-9.195.582,78</b>

## 21. Resultado não operacional

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Lucro em Transações com Valores de Bens	0,00	32.186,03
Ganhos de Capital	5.955,57	10.103,35
Outras Rendas não Operacionais	8.059,49	0,00
(-) Perdas de Capital	-72,00	-1.511,00
<b>Resultado Líquido</b>	<b>13.943,06</b>	<b>40.778,38</b>

## 22. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas em 30/06/2018:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	122.669,57	0,06%	3.811,26
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	2.846.820,67	1,38%	20.130,55
<b>TOTAL</b>	<b>2.969.490,24</b>	<b>1,44%</b>	<b>23.941,81</b>
<b>Montante das Operações Passivas</b>	<b>3.459.598,54</b>	<b>2,92%</b>	

Operações ativas e passivas – saldo em 30/06/2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	7.265,37	116,81	0%
Conta Garantida	18.143,16	181,43	1%
Crédito Rural	2.904.461,58	24.565,38	5%
Empréstimo	532.440,77	4.525,18	1%
Financiamento	430.387,97	3.147,32	1%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	529.435,27	1,63%	0%
Depósitos a Prazo	1.729.442,45	1,11%	0,5%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL	
Empréstimos e Financiamentos	0,69%
Crédito Rural (modalidades)	1,03%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	200.295,68
Empréstimos e Financiamentos	1.602.000,00

Os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS (R\$)	
Honorários	415.466,94
Encargos Sociais	106.698,53

## 23. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO ORIGINAL - SICOOB ORIGINAL - SICOOB ORIGINAL**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **COOPERATIVA DE CRÉDITO CENTRAL DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL SC/RS**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB ORIGINAL** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL SC/RS** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

## 24. Gerenciamento de Risco

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente desde de fevereiro de 2018.

### 24.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

### 24.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da **COOPERATIVA DE CRÉDITO ORIGINAL - SICOOB ORIGINAL** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO ORIGINAL - SICOOB ORIGINAL** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO ORIGINAL - SICOOB ORIGINAL** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

### 24.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito da **COOPERATIVA DE CRÉDITO ORIGINAL - SICOOB ORIGINAL** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO ORIGINAL - SICOOB ORIGINAL** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO ORIGINAL - SICOOB ORIGINAL** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

### 24.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital da **COOPERATIVA DE CRÉDITO ORIGINAL - SICOOB ORIGINAL** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO ORIGINAL - SICOOB ORIGINAL** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

### 25. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

### 26. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR) do **SICOOB - ORIGINAL** encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em 30 de junho de 2018.

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de junho de 2018.

### **Conselho de Administração**

Artêmio José Flach – Presidente  
Nelson Luiz Moresco – Vice-Presidente  
Erico Ecker – Conselheiro  
Vilmar Cavasin – Conselheiro  
Vlademir Batisti – Conselheiro  
Orestes Emilio Roman – Conselheiro  
Valdecir Orso – Conselheiro

### **Diretoria**

Gilmar Aristeu Bazzo – Diretor Executivo  
Normides Scalsavara – Diretor

### **Contador**

Julio Cezar de Oliveira  
CRC/SC – 036444/O-2